

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA:
estudo de caso sobre a Rede Acolhida na Colônia**

**Clara Guessser,
Universidade do Estado de Santa Catarina,
claraguesser48@gmail.com**

**Mayara Francisco
Universidade do Estado de Santa Catarina
franciscommayara@gmail.com**

**Bruna Devens Fraga, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina
bruna.fraga@udesc.br**

RESUMO

Este estudo objetiva analisar o desenvolvimento territorial e sustentável ocorrido em algumas regiões do estado de Santa Catarina, dando enfoque na experiência vivenciada pela Rede Acolhida na Colônia, localizada em Santa Rosa de Lima - SC. A rede promove a cooperação entre os associados na busca dos objetivos comuns e principalmente do desenvolvimento territorial sustentável. A partir da aplicação de um questionário com os associados a rede e os membros da comunidade, a pesquisa busca avaliar os impactos positivos e negativos causados ao território e à sociedade a partir da instalação desta rede. Por fim, constatou-se que a instalação da Rede Acolhida na Colônia, gerou diversos benefícios ao município onde está localizada, promove também uma preocupação maior do poder público para com as questões focadas no desenvolvimento territorial, sustentável e econômico da região, porém as ações ainda são poucas e isoladas. No que tange os fatores socioculturais, a associação se destaca pelo alto nível de capital social e pelo sentimento de identidade que esta suscita entre seus membros e o território. Como em boa parte das associações, existem obstáculos no que diz respeito ao desenvolvimento territorial interino, bem como desafios na vivência cotidiana nas relações com seus associados.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Sustentabilidade; Cooperação; Rede Acolhida na Colônia.

1 INTRODUÇÃO

Com a crise do modelo de produção tradicional fordista, destaca-se um modo de produção alternativo, que mesmo em pequena escala obtém resultados positivos e possibilita o desenvolvimento do território que está inserido. No Brasil, essa nova forma de produção ganhou espaço e com a existência de diversos fatores sociopolíticos, socioeconômicos, socioculturais e socioecológicos, juntamente com a cooperação entre os atores e sustentabilidade, foram aliadas ao modelo em nascimento (MOATI, 2001 *apud* PECQUEUR, 2015).

As potencialidades do desenvolvimento regional e ecológico precisam ser aprofundadas para que o conceito de crescimento econômico não seja desassociado do desenvolvimento, e que as particularidades sociais sejam vistas no progresso territorial. Em nível local, o desdobramento dessa temática é de extrema importância, pois gera benefícios para os cidadãos que coabitam o mesmo espaço e para a região que se desenvolve, atraindo assim investimentos e políticas públicas inovadoras.

A relevância do estudo se encontra na oportunidade de conectar os conceitos de Desenvolvimento Territorial Sustentável com o presente estudo de caso em que as autoras pessoalmente puderam vivenciar, bem como aprofundar o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) e ligá-lo à Acolhida na Colônia, a fim de mostrar a cesta de bens por ela oferecida e o porquê de sua fundação no Brasil.

Significativo ressaltar também a importância da APL para a região que está inserida e para o aumento do capital social promovido pela cooperação entre os participantes. Para isso, ocorreram análises de fatores sociais que aproxima a perspectiva sustentável do desenvolvimento proporcionado pela rede.

Partindo dessas considerações, foi buscado analisar a opinião dos associados sobre a associação, para compreender sob uma ótica interna os prós e contras segundo o ponto de vista de quem está inserido. Sendo assim, a indagação central respondida com a pesquisa, é sobre a ajuda dos fatores sociais na promoção de um desenvolvimento territorial sustentável em cooperação com os associados à rede Acolhida na Colônia.

Este estudo está estruturado em: introdução, na qual se apresenta o contexto, a problemática e o objetivo do estudo; procedimentos metodológicos, com a descrição das etapas adotadas para a realização da pesquisa; fundamentação teórica, em que aborda-se a

temática em estudo para conceitualização; método, instrumento proposto para análise; considerações finais do estudo e as referências utilizadas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo é composto pelos construtos teóricos analisados no presente estudo no que tange ao desenvolvimento econômico e a trajetória histórica e conceitual da Rede Acolhida da Colônia.

2.1 A ACOLHIDA NA COLÔNIA

A Acolhida na Colônia é uma associação que desde 1999 faz parte de uma Rede Internacional chamada *Accueil Paysan*, com sede na França. No Brasil, possui mais de 180 famílias integradas com o objetivo de valorizar a vida no campo pelo agroturismo ecológico, localizada nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo. A agricultura orgânica prezada pela comunidade garante saúde aos visitantes que apreciam as belas paisagens das quintas que se hospedam. Essas são as próprias casas dos associados, que além dos quartos, compartilham com os turistas a sua cultura e histórias, desenvolvendo laços e dividindo a própria mesa com os visitantes.

Deste modo, logo no primeiro momento, é possível relacionar o contexto mencionado com o conceito de “cesta de bens”, quando Gomez-Limon *et al.* (2012) mencionam como um conceito de multifuncionalidade que surgiu na União Europeia no final do século passado (1998/1999) para se referir à vasta gama de produtos e serviços que o setor agrícola fornece à sociedade.

Segundo detalhes relatados pelos participantes da associação, residentes na cidade de Santa Rosa de Lima localizado no Estado de Santa Catarina, com apenas 2.200 habitantes, o município foi colonizado principalmente por imigrantes alemães que investiram seus recursos na produção de banha de porco. Com a crise em vista, mudaram seus investimentos para o plantio de fumo e mais uma vez, enfrentando uma nova queda do mercado se viram obrigados a encontrar outras alternativas para sobreviver. Com a descentralização ocorrida por volta dos anos 90 com a Constituição Emergente, os municípios ganharam espaço e até incentivos para o desenvolvimento local, foi quando Santa Rosa de Lima começou a aproveitar sua

localidade, recursos e desenvolver seu território numa tentativa de aproximação ao modelo de sucesso no Sul da França. O estudo de Becker (2000) aponta duas condições para que ocorra o desenvolvimento regional:

A primeira é a condição econômica, ou seja, uma região (lugar) articulada economicamente, setorializada, verticalizada e hierarquizada pelos interesses econômico-corporativos (reprodução do capital financeiro); a segunda, à região (lugar) social e ambiental, auto articulada de forma especializada, regionalizada, horizontalizada e contigualizada pelos interesses regionais (locais de reprodução de vida) (BECKER, 2000 p. 35).

Foi nesse cenário que ocorreu aos municípios catarinenses, agrícolas e de pequeno porte, lançar o agroturismo como saída financeira para as famílias da região. Logo, Walkowski, Damo e Loch (2017) concluíram que:

O desenvolvimento regional é um processo que significa construir comportamentos embasados na cooperação, no pluralismo político e na solidariedade, a partir de estratégias voltadas para a construção de capacidades, enriquecimento com valores e comportamentos voltados para o desenvolvimento sustentável (Walkowski, Damo e Loch, 2017, p. 325).

Foi assim, então, que os associados seguiram, embasados na cooperação e no comprometimento com a organização que se fundava. Seguindo os dados analisados pelos autores anteriormente citados, quatro cidades mais próximas instituíram um arranjo institucional que possibilitou o desenvolvimento do território e a permanência das famílias em seus núcleos rurais: Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rancho Queimado e Urubici, localizadas em Santa Catarina. A partir disso, dentro desse arranjo, será possível analisar o grau de envolvimento dos participantes e a importância da associação para suas famílias, bem como seus desafios e oportunidades.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Esta seção destina-se a explorar e descrever alguns aspectos e conceitos relevantes sobre desenvolvimento econômico. Dentre as muitas formas de se analisar, será aprofundado o conceito de desenvolvimento territorial sustentável em que serão destacadas suas variáveis e dimensões de análise.

Dentre os diferentes modelos de desenvolvimento econômico, tem-se o modelo de desenvolvimento local. Esse foi lançado como Distritos Industriais italianos, a fim de superar

a crise Fordista, como afirma Anastasia e Coró (1993). O conhecimento sobre o território, a conexão ao ambiente e o surgimento de pequenos e médios empresários, foi o ponto principal para o estilo que estava por surgir.

Segundo Cocco, Galvão e Silva (1999) entre as firmas e a comunidade local existe uma simbiose que gera possibilidades de cooperação competitiva, potencializando a criação de externalidades positivas. Assim sendo, cada localidade possui suas especificidades e por isso é preciso ficar atento às características da região e desenvolver o território a partir da singularidade de cada:

(...) o território é uma unidade ativa de desenvolvimento, que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para a outras. Trata-se de um saber fazer original, ligado geralmente à história local. (...) O território não é, portanto, simplesmente uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade complexa, ao mesmo tempo humana, social, cultural e histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes (CAZELLA, 2009, p. 39).

Dessa forma, quando o território é escolhido, precisam ser aproveitados todos os seus frutos, colocando o próprio espaço à venda na chamada Cesta de Bens, nesta todos os bens produzidos incluindo a localidade estão presentes. Juntamente com a cesta, os serviços territorializados propostos ao consumidor, irão exercer uma função ativa para construir a resposta global a seu “problema de consumo” (MOATI, 2001 *apud* PECQUEUR, 2015). Pecqueur (2006) também explica que a cesta, é formada por diversos elementos que revelam um ecossistema societário, os quais trabalham diversos atores.

Pode-se perceber que quando se foca na observância da interação entre o ambiente e o aglomerado de empresas de produção conjunta (sendo esta denominada Arranjo Produtivo Local – APL) ou *cluster*, o território é concebido como dispositivo de inovação (PECQUEUR, 2006).

Um APL corresponde a um território, um recorte do espaço geográfico que pode corresponder a parte de um município, ou um conjunto de municípios, de vales, ou serras. Estes são locais passíveis de uma integração econômica e social com âmbito local, sendo envolto por uma cooperação produtiva, que visa à economia de escala e potencializa a cooperação inovativa, diminuindo riscos, custos e tempo para os APLs. Outro aspecto essencial existente dentro deste território é o forte envolvimento entre os atores locais que são desde instituições de promoção de financiamento e crédito, instituições de ensino e pesquisa,

centros tecnológicos, associações empresariais, prestadores de serviços, organizações do terceiro setor, e governos em todos os âmbitos (SILVA *et al.* 2017).

Assim como acrescenta Putnam (2000), essa cooperação voluntária entre as instituições e os atores locais se dá mais facilmente em uma comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Ainda salienta, que o capital social diz respeito a características da organização social como: confiança, normas e sistemas. Essas características são denominadas de “recursos morais” já que sua oferta aumenta com o uso, diferentemente dos recursos monetários e materiais, onde a quantidade disponível diminui conforme é usada. Além do mais, o capital social facilita a cooperação espontânea e contribui para aumentar a eficiência da sociedade em ações coordenadas, por exemplo.

Com estes arranjos a nível regional, é importante lembrar da noção de sustentabilidade no desenvolvimento territorial a fim de que haja preservação deste e não fazendo do presente como nocivo para o futuro:

Não há, portanto, uma definição única, nem hegemônica de “desenvolvimento sustentável”. Sinteticamente, pode-se identificar pelo menos três “grandes” orientações no debate, as quais refletem visões distintas de aspectos como o meio-ambiente, a relação ser humano/natureza, a relação entre desenvolvimento e crescimento, entre outros (ANDION, 2009, p. 195).

Essas três grandes orientações são o tripé da sustentabilidade adotado pelo Relatório Brundtland (1987): o plano econômico, o ambiental e o social, podendo ainda se desdobrar nas dimensões ética e jurídico-políticas. Seu alcance somente é possível estiver em equilíbrio pela ação humana, de acordo com Souza e Armada (2016). Todavia, é importante salientar a diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Klabin (2010) destaca o primeiro, como sendo uma situação estática, indicando permanência já o segundo, como uma contradição de termos uma vez que o desenvolvimento sugere algo dinâmico. Porém ele conclui que “atualmente, não é mais preciso discutir o conceito, mas sim preciso debater o problema da implementação das conclusões técnico-científicas e, conseqüentemente, dos mecanismos econômicos e tecnológicos necessários à consecução” (KLABIN, 2010). Para isso, Paulo Freire Vieira (2003) monta uma matriz de fatores favoráveis e obstáculos para o desenvolvimento de territórios sustentáveis.

(...) dentre os fatores favoráveis a um padrão de intervenção inspirado nos princípios do desenvolvimento territorial sustentável, a equipe deverá levar em conta aqueles que caracterizam o potencial existente

no nível local e aqueles que dizem respeito à inserção seletiva das inovações associadas à dinamização do tecido territorial em escalas mais amplas de regulação político-econômica (VIEIRA, 2003, p. 278).

O autor separa esses fatores em sociopolíticos, socioeconômicos e técnicos, socioculturais, socioecológicos, posição do nível local em relação aos níveis superiores e obstáculos. Os fatores sociopolíticos analisam planejamento a longo prazo, articulações com partidos políticos e ensino público, bem como as leis e normas que regulam. Já o socioeconômico e técnico levam em consideração o nível educacional como forma de aprimorar a qualidade de vida e do empreendedorismo. O sociocultural enxerga a integração entre as redes e movimentos, prioriza a valorização cultural e seu patrimônio. O fator socioecológico, por sua vez, realiza diagnósticos da degradação ambiental, disponibilidade de recursos e possíveis associações para solucionar problemáticas socioambientais. Assim, sendo o início do desenvolvimento a nível local, observa-se principalmente as políticas de apoio ao desenvolvimento territorial pelas instituições governamentais e as conexões institucionais existentes.

Por fim, como em todo projeto, há obstáculos enfrentados pelos atores na implementação do projeto, por isso cabe um estudo de campo específico para relacionar os fatores com o caso da Acolhida na Colônia e ainda enxergar mais aprofundada o desenvolvimento da região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo de caso caracteriza-se como um estudo descritivo, de natureza qualitativa, onde utilizou-se a triangulação entre os métodos: pesquisa de campo, observação participante e entrevistas. Deste modo, pode-se analisar o comportamento dos associados dentro do grupo que se inserem e dentro das condições que se caracterizam.

Conforme salienta Gil (2008), o método de estudo de caso é uma das modalidades exploratórias da pesquisa bastante utilizada pela comunidade científica, podendo este ser caracterizado como estudo profundo de um ou de poucos objetos. Sendo assim, viu-se a possibilidade de utilização deste método como um meio viável para responder os questionamentos aqui levantados. Por meio deste, procurou-se avaliar o impacto do desenvolvimento nos territórios ligados a rede Acolhida na Colônia, verificar toda a cesta de

bens aproveitada pela associação, além de destacar os pontos positivos e negativos desse modelo para as famílias participantes.

O método de pesquisa de campo ocorreu no ano de 2018, por meio de uma visita técnica realizada pelas autoras à rede Acolhida na Colônia localizada no município de Santa Rosa de Lima, no estado de Santa Catarina, onde pode-se aplicar a metodologia de observação participativa. No entanto, constatou-se a necessidade de coletar dados mais profundos, ou seja, que pudessem embasar de forma única este estudo de caso. Diante disto, foram realizadas entrevistas com alguns membros da rede na localidade estudada (os quais não terão os nomes revelados), visando coletar a opinião dos associados sobre como sua vida e trabalho eram antes de entrar na acolhida e os desafios que enfrentaram a partir de tal ação.

As entrevistas contaram com 21 questões, dentre elas, 8 deveriam ser respondidas de forma subjetiva, outras 8 tinham a possibilidade de resposta baseada na escala *Likert*, 3 eram de múltipla escolha, e por fim, 2 delas os entrevistados tinham que responder de forma afirmativa (sim) ou negativa (não). Objetivou-se assim, compreender melhor as questões levantadas a partir da perspectiva interna, vivenciada pelos atores da ponta diante das mudanças ocorridas após a instalação da Acolhida na Colônia.

Diante dos resultados obtidos, a análise de dados ocorreu de forma triangulada entre os métodos supracitados, bem como, de forma comparativa com a revisão literária ocorrida anteriormente, seguindo de mesma forma nas conclusões apresentadas mais adiante.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa seção contém a análise das respostas fornecidas pelos associados às pesquisadoras, por meio das entrevistas realizadas. A partir dos resultados obtidos, pretende-se avaliar questões relacionadas ao desenvolvimento territorial, sustentabilidade, meio-ambiente e o relacionamento entre os membros e a rede juntamente com o governo local.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A primeira parte da pesquisa foi reservada para conhecer um pouco mais sobre o perfil dos entrevistados, levando em consideração os dados observados durante a visita, identificou-se que 40% destes estão a relativamente pouco tempo associados à rede, no período de 1 a 5

anos, os outros 60% estão a mais tempo, se dividindo em 6 a 10 anos (20%), 10 a 15 anos (20%) e por fim, a mais de 15 anos fazendo parte desta associação em seu território (20%).

Na sequência, procurou-se identificar o grau de importância (0= sem importância e 5= muito importante) e benefícios a instalação da Acolhida tem para o território onde se encontra. Na visão geral, no que se trata de importância, o grau 4 (importante) se sobressai com 60%. Já os benefícios proporcionados, 80% reconhece que houve muitos benefícios com a chegada da rede, dentre eles: 80% das respostas destacam o aumento do turismo e ainda destacam o crescimento econômico; valorização dos produtos locais; obras de melhorias e infraestrutura, e maior cooperação entre os produtores individuais.

Após compreender o impacto positivo que a rede trouxe a estas regiões onde se alocou, buscou-se identificar se obteve este mesmo resultado no que tange os fatores sociopolíticos, como a ação dos governos locais após a instalação. 60% ressaltou a valorização dos pontos turísticos do território, 40% melhoramento das vias e estradas, 40% preservação da fauna e da flora e 20% aumento da segurança pública. Ainda assim, em algumas regiões, mesmo com a chegada da acolhida, não houve reflexo nas ações políticas, pois percebe-se que a opção “não houve melhorias” recebeu 40% de votos.

Ainda no cenário político, questionou-se sobre a incorporação de questões ambientais nas agendas políticas, como a elaboração de ações voltadas à preservação ambiental e dos recursos do território. 60% respondeu que sim, porém concordam que não foram muitas as ações voltadas à preservação e cuidado com o ambiente, 40% das respostas afirmam que não houve ou que foram poucas as ações percebidas pela comunidade.

Ao avaliar aspectos sobre o desenvolvimento econômico, territorial e sustentável após a instalação da Acolhida na Colônia, pode-se observar que em uma escala de 0 (não houve desenvolvimento) à 5 (houve muito desenvolvimento), diferentemente das respostas anteriores, a maioria entende que há um grau de desenvolvimento econômico mediano, ou seja, a vinda da Acolhida gerou benefícios significativos em outras áreas do território, mas em relação a econômica, os números não foram tão expressivos.

Ao perguntar sobre a existência de políticas de apoio ao desenvolvimento territorial por parte das instituições governamentais (locais), as respostas foram unânimes que sim, porém não em grande quantidade. Segundo os próprios associados, as ações existentes são isoladas e apesar dos próprios se manifestarem a favor, elas precisam ser melhor articuladas em conjunto.

Ao observar os dados referentes ao desenvolvimento sustentável no território, constata-se que os principais obstáculos assinalados foram: a utilização inadequada de recursos naturais (80%); o baixo nível educacional e de saúde pública (60%); a falta de legislação sobre o assunto (60%); a cultura e produção predominantemente consumista (60%); a gestão centralizadora (40%) e histórico de monocultura, principalmente do fumo (20%).

Para compreender melhor a influência da instalação da rede em relação aos fatores socioculturais de cada região, foi questionado se a Acolhida na Colônia proporciona mecanismos de integração social. Em todas as regiões a resposta foi afirmativa, explicando que são promovidos diversos tipos de eventos para os associados e também para toda a população, como: reuniões exclusivas, municipais, estaduais, maior promoção das festas típicas de cada território, assim como feiras e festivais.

Questionou-se se o poder público passou a dar mais atenção às necessidades básicas das populações locais. As respostas variaram conforme cada localidade, no município de Santa Rosa de Lima, a resposta foi afirmativa, destacando ainda algumas das necessidades atingidas, como por exemplo: melhoria da comunicação (internet, sinal de celular), energia elétrica, qualidade da água, vias de acesso, qualidade da alimentação. Assim como em Santa Rosa de Lima, em Anitápolis há também uma atenção por parte do poder público às necessidades, porém é feita uma crítica à Acolhida, pela falta de visibilidade para com o território, já a própria população não se interessa pela colaboração com o crescimento da cidade. Por fim, em Presidente Nereu, a resposta foi diferenciada, os governos locais/estaduais não tiveram ações significativas para melhorar as condições da população local, ficando assim a responsabilidade para os associados e a própria organização.

Com o objetivo de compreender o grau de relacionamento que os associados começaram a ter com o território foi questionado se os membros identificavam-se com o território em que faziam parte, desta forma, o resultado foi unânime que sim.

A partir dessa resposta, objetivando entender o nível de capital social (alto ou baixo) dentro da Acolhida na Colônia, foi questionado também sobre o grau de confiança no relacionamento que os associados têm entre si, e o grau de cooperação entre os mesmos no território. As respostas das duas perguntas foram muito parecidas, pois 80% responderam que há um alto índice de confiança e reciprocidade entre os membros facilitando assim, que eles cooperem para alcançar seus objetivos comuns e contribuam para que o nível de capital social da rede permaneça elevado.

Após a análise dos efeitos que a chegada da Acolhida proporcionou para estes territórios e sociedades, procurou-se entender quais os principais desafios hoje enfrentados pela associação, assim como, quais os motivos que fazem com que as propriedades/pessoas se desvinculam dela.

Entre os principais desafios citados pelos respondentes estão: consolidar a federação; não perder os princípios; fortalecer os vínculos associativos para não "perder" ninguém; falta de recursos financeiros para expansão e contratação de técnicos para oferecerem assistência aos associados; fazer com que os membros tenham visão mais colonial e sustentável, sem que degradem tanto o meio ambiente; incentivo à cooperação entre os membros para crescimento mútuo; capacitação; interação com entidades/empresas fomentadoras do turismo; e por fim, a modernização do sistema de reservas.

Como motivos para desvinculação das propriedades, as respostas foram as seguintes: falta de compreensão da essência do projeto; a busca de resultados imediatos; a falta de assistência técnica; baixa hospedagem; falta de recursos financeiros para ampliar as estruturas da propriedade para o turismo; falta de incentivos do próprio município ou de apoio da própria associação.

4.2 ANÁLISE DE DADOS

Com os resultados obtidos, houve a possibilidade de compreender que a instalação da Acolhida na Colônia foi um fator importante para os municípios localizados em Santa Catarina, proporcionando benefícios que influenciam diretamente na família e economia dos associados.

Ao analisar a influência da rede nos fatores sociopolíticos e socioecológicos, vê-se que nem todos os governos locais enxergam a associação como um ponto positivo para seu território, nem se preocupam em incluir questões ambientais em suas agendas. Porém, felizmente estes são minorias na pesquisa, já que, os demais compreendem os benefícios que a rede promove. Assim, investem em ações que preservem o ambiente sustentável, despertem maior interesse do setor turístico e por fim, atuem nas necessidades básicas da população.

No que se trata dos fatores socioculturais, vê-se que a Acolhida busca promover eventos com o foco na interação entre os membros e a população das cidades, bem como com as demais regiões associadas. Logo, os relacionamentos dentro da rede se fortalecem, gerando

laços fortes de confiança e reciprocidade no território e elevando o grau de capital social dentro da rede.

No que se trata de desenvolvimento territorial, os resultados apontam que a instalação da Acolhida na Colônia trouxe maiores olhares do poder público para os pequenos territórios, que por vezes são esquecidos. Porém, as ações diante desta temática ainda são isoladas, necessitando que haja maior reivindicação da população e da articulação em conjunto com o governo local.

Assim como toda associação, a Acolhida na Colônia passa por alguns desafios, analisando-os percebe-se que a falta de recursos financeiros para dar assistência aos associados, falta de capacitação e a falta de cooperação entre os membros são as mais evidentes e que por fim acarreta na dissociação das propriedades da rede.

5 CONCLUSÕES

Tendo em vista os resultados obtidos com o estudo de caso, em comparação com os conceitos abordados durante o desenvolvimento deste trabalho, faz-se necessário dar ênfase a alguns aspectos. Primeiramente, destaca-se a importância que a Acolhida na Colônia teve, desde sua criação em 1999, para o desenvolvimento do território nas regiões rurais de Santa Catarina. Estas sofriam com a evasão de sua população e puderam ter esperança em um crescimento econômico com o agroturismo.

Desta forma, a partir do momento em que a associação começou a ter sucesso nos municípios catarinenses, o poder público começou a compreender o território como um membro importante para a cesta e bens daquela localidade, fazendo investimentos com objetivo de gerar desenvolvimento para toda a região.

Com a análise dos dados, foi possível compreender o quão trabalhoso é atuar em uma rede de tamanha importância social e ecológica. Inúmeras batalhas são travadas cotidianamente para poder alcançar seus objetivos, muitos são os desafios enfrentados durante a caminhada. Dentre eles podem ser destacados os desafios internos como a falta de recursos da associação para conceder uma maior assistência aos seus membros; o desafio de fazer com que os próprios membros compartilhem a visão sustentável proposta pela rede. Já os externos fazem-se pela necessidade de articulação com o poder público e ações que estimulem o desenvolvimento territorial sustentável, a preservação do meio-ambiente e dos recursos, para

que deem incentivos ao turismo e até mesmo para que haja o atendimento das necessidades básicas da população.

Apesar dos obstáculos pelo caminho, a rede Acolhida na Colônia mostra que por ter um elevado nível de capital social, com a colaboração e cooperação dos associados, é possível superar todas as dificuldades. Um dos pontos de destaque na análise dos resultados da pesquisa é que os fatores -sociopolíticos, socioculturais, socioecológicos- são os que movem a rede, ultrapassando fatores socioeconômicos. É possível compreender que há uma relação de identidade entre a população e o território, propiciando assim, um maior cuidado e apreço por este. Por fim, sem a cooperação e o envolvimento entre todos os atores, os desafios por eles enfrentados não seriam ultrapassados e a associação em rede não teria o sucesso que é possível, hoje, se observar.

REFERÊNCIAS

ACOLHIDA DA COLÔNIA. Disponível em: <<http://acolhida.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ANASTASIA, B.; CORÓ, G. **I Distretti Industriali in Veneto**. [s.l.: s.n.], 1993.

ANDION, Carolina. **Contribuições do debate sobre desenvolvimento territorial sustentável para a efetividade da gestão municipal: Perspectivas e desafios para a promoção do DTS no Brasil**. Brasília: Política & Sociedade, 2009.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento Local-Regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul, Editora Unisc, 2000.

CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

COCCO, Giuseppe; GALVAO, Alexander Patez; SILVA, Mirela Carvalho Pereira da. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: Dp&a, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:

<http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

GOMEZ-LIMON, José A; VERA-TOSCANO, Esperanza; RICO-GONZÁLEZ, Margarita. **Measuring Individual Preferences for Rural Multifunctionality: The Importance of**

Demographic and Residential Heterogeneity. **Journal of Agricultural Economics**, v. 63, n. 1, 2012. p. 1-24.

KLABIN, Israel. **Desenvolvimentos Sustentável**: um conceito vital e contraditório. In: ZYLLBERSZTAJN, David. LINS, Clarissa (Org.). *Sustentabilidade e Geração de Valor: a transição para o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 1-2.

MOATI, P.H. 2001 in PECQUEUR, Bernard. **Pós-fordismo, território e sustentabilidade**. 2015. Traduction de Patrícia Rodrigues Costa. Disponível em: <<https://books.openedition.org/oepr/928>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

PECQUEUR, Bernard. **Pôles de compétitivité et spécificité de la ressource technologique**: une illustration grenobloise. França, Geografia, Economia, Sociedade - Lavoisier, 2006. 138 p. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2008-3-page-311.htm>>. Acesso em: 24 out. 2018.

PUTNAM, Robert D; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2000.

SILVA, Carlos Wagner de A. Oliveira; FIGUEIREDO, José Augusto V. Costa; MARETTO, Gabriela; MORAES, Alessandra Ribeiro de; CARNEIRO, Ricardo Batista. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171010_livro_arranjos_produtivos.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de (Org.); ARMADA, Charles Alexandre (Org.). **Sustentabilidade, Meio Ambiente e Sustentabilidade**: reflexões e perspectivas, Florianópolis, 2016.

VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável**: esboço de roteiro metodológico participativo. Eisforia. Florianópolis, 2003.

WALKOWSKI, Marinês da Conceição; DAMO, Marcia Regina Sartori; LOCH, Carlos. Projeto Acolhida na Colônia no Estado de Santa Catarina - SC: Um território de identidade e turismo sob a ótica da Linguagem de Padrões. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, v. 19, n. 2, mai. ago. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/Walkowski_Damo_Loch_2017_Projeto-Acolhida-na-Colonia-no_45492.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.